

A' hora do descanso

-Ora viva, sr. Aninhas! Então? esteve doente?
-Pois esteve, esteve. Há muito tempo, que eu andava com a saúde estuporada.
-Quando vi que faltava tanto tempo logo futuro do que se tratava...
-Ai não sabia?
-Como havia eu de saber? A sua doença não é das de vir nas gazetas. Eu nem sequer soube o nome dos seus médicos assistentes, nem os pratos que vossemecê comeu, nem a temperatura e o numero de pulsações, nem se precisou de seringadelas e se mijou um bonito mijol. Os seus médicos não afixavam boletim? E não a mandaram convalescer p'rá-Serra?
-Então a Mariquinhas anda quer melhores ares do que os cá da fábrica?
-Tem razão... O Calvário também é serra...
-O nosso inda podia ser pior: podia ficar no fundo duma lura. E é verdade: que me diz á grêve dos mineiros de S. Pedro da Cova?
-Que quer que lhe diga? Quando vejo um escravo humilde começar a endireitar a espinha, fico toda satisfeita.
-E olhe que são bem escravos. Não é só o trabalho é o sitio onde trabalham... A menina já viu aqueles buracos negros, inclinados, a descenderem lá p'ras profundas dos infernos?
-Vi, vi; aquilo mete medo.
-Credol! Não sei como uma criatura pode aguentar ali oito horas a fio, sem fazer arrancar carvão para encher 8 a 10 carros, em vez dos 4 ou 5 que a Companhia queria dantes!
-Quando os escravos se curvam sem resmungar, os amos exigem cada vez mais.
-E o perigo em que eles por lá andam? Sempre sujeitos a ficar enterrados, porque a Companhia nem quer saber de escorar aquilo bem, só p'ra não gastar dinheiro, tanto mais que sempre arranja meio de não pagar pensões e de não cumprir a lei dos accidentes.
-Ail se os operários se vão a fiar nas leis... estão frescos!
-Se não quer pagar, trate de pôr aquilo seguro.
-Não que o dividendo diminui, e não são os accionistas que descem ao fundo dos poços. Se a mina pertencesse aos mineiros e a todos em geral, se os mineiros

trabalhassem por conta da comunidade e mandassem no seu próprio trabalho e na sua própria segurança, já as coisas corriam de outra maneira. Assim da forma que está tudo, até os mineiros se vêem obrigados a desprezar a sua segurança, com a pressa de fazer a tarefa p'ra ganhar os poucos vinténs, que lhes dão á laia de escola, de mistura com mais modos e más palavras.
-Bem poucos, na verdade. Doze vinténs ou doze vinténs e meio, quase todos! E' uma dor d'atma, uma grandissima pouca-vergonhal.
-Mas isso é velho, sr. Aninhas! Então vossemecê pensa que o capitalismo tem entranhas, consciência, vergonha? Boa vai elal! O que é preciso é explorar, espremer enquanto houver suco, ganhar muito e depressa; depois, tirar-se dos lucros uma pequena percentagem para obras de beneficência e hospitais, e toca a gozar...
-Tira-se dos lucros, diz a menina? Qual carapuçal A Companhia do carvão tem coisa mais aperfeiçoada! Aos mineiros é todos os anos descontado um dia de salário... para uma festa á padroeira Santa Bárbara!
-Sabia economia, sr. Aninhas. A protecção de Santa Bárbara, comprada com o salário dos mineiros, dispensa os bons escoramentos e uma paga melhor. Isso é o que se chama aproveitar bem a religião e a ignorância dos fiéis...
-Grandessissima pouca-vergonhal! Lá o meu homem não acredita em nada; eu cá de mim ponho-me ás vezes a magiar na religião, e até me anda a cabeça á roda... E' melhor nem pensar nisso... Mas quando vejo uma pouca-vergonha destas... Deus me perdoe... se é que o há... credol... mas até sinto que se me vai embora toda a minha fé...
-E' que não há como uma ensinadela dessas para a gente perder a fé. A' força de lições assim, os operários acabarão por não se lembrar de Santa Bárbara... nem mesmo quando tropejar... apegando-se antes com muita devoção á associação e á greve...
-Assim começam a fazer os de S. Pedro da Cova; e se deveras tiveram devoção, estou que as santas hão-de fazer milagres e... Lá está o raio da sineta:
-Está a lembrar-nos que devemos também cuidar de nós e da nossa situação...

Quem governa então em França? Confessem-no, ao menos. A situação será então clara. O sr. Poincaré já não precisará de procurar um ministério que não apparece; bastar-lhe há investir o sr. Kokotzow e seus acólitos.

No dia 14, voltava ao assunto com a seguinte transformação:

«S. Petersburgo, 13 de Junho.—A Gazeta da Bolsa publica hoje as declarações seguintes, atribuídas em certas rodas ao sr. Sukhomlinoff, ministro da guerra, embora seja impossível obter a este respeito uma confirmação qualquer:
«So a grande Rússia se pode dar ao luxo de reunir um exercito de 2.300.000 homens, graças a um aumento de 6 mezes, ao tempo de serviço e ao aumento do numero de recrutas.
«A Rússia fez enormes sacrificios para dar á aliança franco-russa uma força realmente imponente. E' pois natural que espere da França que este forneca 170.000 homens, coisa que só é possível conservando-se a lei dos três anos.
Depois de ter afirmado que «a rapidez da mobilização depende hoje do numero de homens nas fileiras» e recordado que a Rússia realizou outra reforma importante, a do desenvolvimento da rede estratégica dos caminhos de ferro, o artigo conclui: «A França e a Rússia não querem a guerra; mas a Rússia está pronta e espera que o estará igualmente a França.» (L'Information.)
E La Bataille Syndicaliste comenta:
Timbrámos em reproduzir por extenso este telegrama de agência para mostrar que processos dechantage emprega o país amigo e aliado para nos fazer engolir a lei dos tres anos. Apresenta-se o nome dum ministro e faz-se esta pequena restrição: que certamente nada tem de jeffuitico... embora seja impossível obter a este respeito uma confirmação qualquer.
«A França e a Rússia não querem a guerra, mas...»
Para trás, bárbaros da Rússia! Para trás, bárbaros de França que fazeis co, rol

Como na próxima semana o grupo editor de A Aurora vai publicar um numero dedicado á memória do inolvidavel fundador da Escola Moderna, Francisco Ferrer y Guardia, avisa por este meio os estimados agentes e correspondentes do jornal que lhes remeterá mais alguns exemplares do que os do costume na esperança de que todos eles promovam a sua venda afim de compensar os prejuizos materiais que sua confecção nos acarreta.
Esperando que uns e outros nos satisfaçam este pedido, aqui lhes testemunhamos o nosso agradecimento.

O grupo editor de A Aurora

Aos camaradas

Novamente chamamos a atenção dos nossos camaradas para a subscrição que iniciamos com o fim de cobrir o deficit de 53897 5 que pesa sobre A Aurora e que tanto lhe dificulta a existência. Um pouco de boa vontade e conseguiremos levar de vencida a obra a que nos impuzemos.

Recobemos mais as seguintes quantias:
Transporte . . . 143 0
Camilo Rodrigues . . . \$20
Francisco Cristo (Lisboa) . . . \$20
María C. dos Santos (Lisboa) . . . \$500
Abel A. d'Almeida (Lisboa) . . . \$70
Associação dos Alfaiates (Povoação de Varzim) . . . \$500
M. Neves Alcaría (Loulé) . . . \$20
Roma . . . 17400

NA BARRICADA
Semecario anarquista do Brazil—Preço \$02 (20 reis). A' venda na redacção de A Aurora, Em Lisboa na Tabacaria deal, Rua dos Correios, 211

Aos nossos agentes e aos correspondentes

Como na próxima semana o grupo editor de A Aurora vai publicar um numero dedicado á memória do inolvidavel fundador da Escola Moderna, Francisco Ferrer y Guardia, avisa por este meio os estimados agentes e correspondentes do jornal que lhes remeterá mais alguns exemplares do que os do costume na esperança de que todos eles promovam a sua venda afim de compensar os prejuizos materiais que sua confecção nos acarreta.
Esperando que uns e outros nos satisfaçam este pedido, aqui lhes testemunhamos o nosso agradecimento.

O grupo editor de A Aurora

Aos camaradas

Novamente chamamos a atenção dos nossos camaradas para a subscrição que iniciamos com o fim de cobrir o deficit de 53897 5 que pesa sobre A Aurora e que tanto lhe dificulta a existência. Um pouco de boa vontade e conseguiremos levar de vencida a obra a que nos impuzemos.

Recobemos mais as seguintes quantias:
Transporte . . . 143 0
Camilo Rodrigues . . . \$20
Francisco Cristo (Lisboa) . . . \$20
María C. dos Santos (Lisboa) . . . \$500
Abel A. d'Almeida (Lisboa) . . . \$70
Associação dos Alfaiates (Povoação de Varzim) . . . \$500
M. Neves Alcaría (Loulé) . . . \$20
Roma . . . 17400

DOCUMENTOS
CARTA ABERTA

A' comissão executiva da Social Democracia,
A' Junta executiva do grupo do Reichstag.

CAROS CAMARADAS:

Os acontecimentos das últimas semanas obrigam-nos a dirigir-vos esta carta.

Em 4 de Agosto de 1914, os nossos chefes parlamentares e os de fora do parlamento inauguraram uma politica que significava não só a falência do Partido num momento de enorme importância histórica, mas ainda a negação mais deplorável dos principios que o Partido anteriormente professara e applicara.

Os efeitos desastrosos deste repúdio da nossa fé influiu inevitavelmente sobre a politica inteira do Partido e anulou-o como força independente. A aceitação da trégua dos partidos foi o equivalente da inscrição da cruz sobre o túmulo da luta operária independente, que não pode ser mantida por negociações secretas dentro dos conventuculos officiais ou parlamentares, nem por uma politica conduzida por trás da cortina seguindo o modelo dos partidos capitalistas.

A maioria do Grupo Parlamentar evitou todas as soluções proletárias e até os esforços para obter os direitos de combinação ou a reforma do sistema eleitoral prussiano. Recusou oppor-se á introdução da Lei Marcial e assim, por aquiescência, rubricou o repúdio da lei civil em vez de só o aceitar após o mais enérgico protesto. Os seus oradores contentaram-se com exprimir a humilde esperança de que a censura talvez viesse a tornar-se menos severa a pedido do imperador!

Uma sessão após outra, baldadamente esperamos uma mudança na politica do Grupo Parlamentar. De dia para dia se vinha evidenciando cada vez mais que a guerra não era feita em defesa da nossa integridade nacional. Tornava-se cada vez mais manifesto que o seu fim eram as conquistas imperialistas. Reconhecia-se cada vez mais abertamente o accordo com a politica de anexação. As observações de influentes «instrumentos» das classes capitalistas eram esforçadas por várias declarações de poderosas associações capitalistas e por decisões dos partidos dirigentes. Em fevereiro, foi unanimemente aclamado o discurso em que o Presidente da primeira Câmara aludia á possibilidade de concluir imediatamente a paz, se fosse reconhecido o direito da Alemanha a uma extensão territorial, mas insistindo em que a guerra devia prosseguir, se tal direito não fosse reconhecido. Todavia, a despeito deste discurso, a maioria do grupo social-democrático do Reichstag não se absteve de votar em favor de dez milhões de créditos de guerra e do orçamento!

Em maio, após dez meses de horrível guerra, cujo fim ninguém pôde prever, a grande maioria dos camaradas que estão no lar ou na linha de fogo esperavam que o grupo parlamentar, com palavras categóricas e actos solenes, se declarasse finalmente em favor do termo immediato da guerra e exprimissem o firme desejo de paz que animava a social-democracia, de accordo com a resolução do Congresso Internacional de Stuttgart, expressamente confirmada pela decisão da Conferência social-democrática alemã, pela qual o Partido tem o dever de apontar a guerra como uma prova da necessidade da solidariedade operária internacional e de trabalhar assim para conseguir quanto antes a sua terminação.

Mais uma vez foram ludibriadas as esperanças das massas.

A maioria do grupo parlamentar, assim como não proferiu uma só palavra de protesto contra a violação da neutralidade belga, assim também não ergueu a voz contra o torpedeamento do «Luzitania», ou contra o espirito de retaliação que está produzindo uma concorrência de barbaria e mergulhando a população civil cada vez mais nos horrores da guerra. A maioria do grupo parlamentar, assim como deixou de seguir o exemplo dos nossos camaradas sérvios, russos, ingleses e italianos—a opo-

sição aos responsáveis pela guerra no próprio país de cada um, assim como antes ajudou a encobrir os imperialisticos desígnios deles com o manto do patriotismo, assim também falhou completamente nesta ocasião. Quando o representante do Partido Socialista se referiu em certas passagens ao desejo de paz, quando se declarou em favor duma paz sem anexações, a forma e circunstâncias do discurso privaram-no totalmente do carácter duma ardente manifestação pacífica. E a acção que se lhe seguiu mostrou todo o incidente aos olhos do nosso povo e do dos países estrangeiros como a negação absoluta duma demonstração de paz.

A attitude da maioria do grupo parlamentar e a responsabilidade a ela afecta devem ser julgadas á luz do facto de ter ella conhecido de fonte autorizada as condições de paz desejadas pelo Governo. Na sessão do Reichstag de 28 de Maio o chanceler imperial proclamou bem abertamente uma guerra de conquista, cujo objectivo, como sabia o grupo parlamentar, incluía a anexação franca de territórios russos e franceses e a anexação mascarada da Belgica sob a designação de «federação económica compulsória». A esta proclamação devia o partido social-democrático dar uma resposta. Consistiu ella, pelo que respeito á maioria dos membros, excepto quanto ás passagens incidentais a que já aludimos, unicamente numa reafirmação da politica annunciada em 4 de Agosto, isto é, uma politica de submissão ao Governo e ás classes dirigentes—e isto a despeito do facto de lhes haver o conde de Westphal, ajudado pelos partidos capitalistas e mesmo por alguns membros do partido socialista, dado a provar o chicote dos junkers com a manha duma moção de adiamento! E aos alarmantes apelos á conquista da parte dos oradores conservadores e liberais nacionais apenas responderam repetindo a sua primeira declaração e atendo-se a uma primitiva fala de chanceler imperial que, fôsse o que fôsse o que tivesse dito antes, tinha agora manifestado a todos o seu desejo de anexações.

Sua a hora em que, para o Partido social-democrático, era de urgente necessidade separar-se da politica guerreira do Governo e tomar uma attitude de forte opposição e ela imperiosa se tornava proclamar sem compromissos o programa de acção socialistas em favor da paz. Em vez disso, renovou-se a declaração que compromete o Partido a apoiar a politica de «cooperação na guerra», repetiu-se a afirmação de solidariedade com as classes governantes e com a politica guerreira do Governo!

Nos inícios da guerra de 1870, os membros social-democráticos do Reichstag estavam, como agora, fundamentalmente divididos. Mas logo que se revelaram os planos de anexação, uniram-se contra o Governo. Hoje temos diante de nós o programa oficial do Governo e de todos os partidos capitalistas em favor da anexação. No entanto, a maioria do grupo parlamentar satisfaz-se com observações incidentais e incertezas sobre uma aspiração de paz e sobre a opposição ás anexações! Faz ainda o maior finca-pé na politica da «cooperação na guerra».

Isto é, repetimos, o remate da desastrosa politica iniciada em 4 de Agosto. O grupo parlamentar, ao qual pertencem a maior parte dos membros da Comissão Executiva do Partido, abandonou a sua opposição á politica imperialistica de conquistas. E não a abandonou apenas por fraqueza ou por causa da trégua dos partidos, mas porque uma fracção considerável do grupo parlamentar (como succede também com o grupo socialista da Dieta prussiana e com outros companheiros influentes), juntamente com a sua crença na «cooperação na guerra», isto é, na continuação do morticínio dos povos, segue do coração essa politica de conquista.

Há poucos dias, o boletim internacional publicado por Baummeister, sob a inspiração da Comissão

Geral das Uniãoes Operárias (instituições que tem a maior influencia no grupo parlamentar), deu expressão inteiramente franca a esta tendência existente no Partido. Aceitou a interpretação de Schiffer do discurso do companheiro Eberto no Reichstag—que a sua feição mais importante foi a afirmação categorica da politica de «cooperação na guerra» e que o grupo parlamentar não desertará dessa politica por causa de diferenças de opinião relativas ás condições de paz—sentimento que foi entusiásticamente aplaudido pela maioria do grupo parlamentar na sessão do Reichstag de 29 de Maio. E assegura aos seus leitores que não pode haver objecção á proposta de «federação económica» com a Belgica, isto é, á anexação encapotada da Belgica.

Mais uma vez os chefes do Partido se põem nas encruzilhadas. Estão ou não entregando o Partido a esta tendência, cada vez mais distinto?

Á social-democracia alemã é ainda dado tomar uma decisão que se tornará histórica nos annos do mundo. O Partido Operário independente ingles, que pôs a sua notável influencia a serviço da paz, exerceu recentemente sobre o seu governo a maior pressão para que se tornassem publicas immediatamente as condições británicas de paz e assumiu uma postura de firme opposição á politica anexionista dos Aliados. Hervé e seus colegas tem que fazer frente a um crescente movimento dos camaradas franceses em favor duma paz rápida sem anexações nem alianças antagonicas, movimento cuja pressão eles tentam baldadamente repêlir. O exemplo do Partido nosso irmão da Itália faz-nos pulsar de alegria o coração. As vozes socialistas erguidas em favor da paz na Iuglaterra, França e Itália chegam até nós cada vez com mais instancia, mas o ulterior desenvolvimento da opposição socialista á guerra naqueles países depende da conduta da social-democracia germânica. Se os chefes da democracia social teutonica continuarem a deixar-se boiar na maré enchente duma politica de conquistas, se não voltam a tomar pé firme na guerra contra a guerra e contra os instintos imperialistas de latrocínio pelas classes trabalhadoras organizadas da Internacional, perderão o último ensejo de se livrar da plena responsabilidade de aprovar e apoiar esta implacável guerra de destruição, até ficarem os povos sem a derradeira gota de sangue e sobrevir uma paz que conterà apenas o germe duma nova guerra mundial.

A situação exige que se emprenda uma acção immediata. Durante as ultimas horas, o rei e o príncipe herdeiro da Baviera appareceram a advogar com inteira franqueza uma politica de conquistas. Nenhum dos que neste momento vacilarem poderá alegar no futuro ignorância quanto aos desígnios das classes dirigentes. A situação é perfeitamente clara, dissiparam-se as ultimas névoas que aos nossos olhos occultavam realidade. A alternativa é simples: o Partido quer salvar-se ou perecer?

Pomos os nossos chefes em guarda contra o seguimento da politica de 4 de Agosto e 29 de Maio. Sabemos que exprimimos a opinião duma grande fracção do Partido e de grandes massas da população, pedindo que o grupo parlamentar e a junta, tarde embora, cessem a destruição do Partido, repudiem a trégua politica, voltem inteiramente á luta para obter o triunfo dos principios e programa do Partido tais quais foram estabelecidos em suas decisões e iniciem uma campanha em favor da paz. Se o nosso apêlo não for ouvido, a responsabilidade de tudo o que se seguir caberá aos que arrastaram o Partido á orla do abismo e que, desprezando o nosso aviso, tiveram recusado retirar-se da sua perigosa posição.

A primeira edição deste manifesto, publicada em 9 de Junho de 1915, vinha assinada por mais de 500 militantes e funcionarios socialistas e operários; depois sabiram a mais de mil as assinaturas, contando-se entre ellas as de 15 deputados e 26 jornalistas e editores de jornais, inclusive o do Vorwarts).

LEIAM OS POLITICOS OS FINANCEIROS E A GUERRA POR F. DELAISI PREÇO 50 REIS